

A LIBERDADE POR PRINCÍPIO
ESTUDOS E TESTEMUNHOS
EM HOMENAGEM A
MÁRIO MESQUITA

COORDENADORES

Carlos Guilherme Riley
Cláudia Henriques
Pedro Marques Gomes
Tito Cardoso e Cunha

LISBOA

TINTA-DA-CHINA
MMXXI

Nesta edição,
foi respeitada a opção
ortográfica de cada autor.

© 2021, AA.VV.
e Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152
1.º andar, escritório 1 ●
1750-149 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

TÍTULO
A Liberdade por Princípio.
Estudos e testemunhos
em homenagem a Mário Mesquita

COORDENADORES
Carlos Guilherme Riley
Cláudia Henriques
Pedro Marques Gomes
Tito Cardoso e Cunha

AUTORES
AA.VV.

REVISÃO
Tinta-da-china

COMPOSIÇÃO
Tinta-da-china

CAPA
Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª EDIÇÃO
Junho de 2021

ISBN: 978-989-671-592-2
DEPÓSITO LEGAL N.º 348637/20

ÍNDICE

Introdução	13
Agradecimentos	29
Homenagem viva <i>Jaime Gama</i>	31
CAPÍTULO 1 — O PERCURSO	
Mário Mesquita: exigência, inquietação e questionamento <i>Cristina Ponte</i>	35
Mário Mesquita: jornalismo, política, universidade e cidadania <i>E. J. Vieira Pimentel</i>	49
Mário Mesquita, ou a liberdade por princípio <i>Francisco Rui Cádima</i>	63
O jornalista enquanto cidadão: o distanciamento como qualidade cívica, profissional e académica <i>João Carlos Correia</i>	79
Mário Mesquita e a escolha pelo jornalismo <i>João Manuel Rocha</i>	89
Mário Mesquita: primeiros avanços na crítica jornalística <i>José Luís Brandão da Luz</i>	107
A entrevista... que pressagiou Abril <i>Maria Inácia Rezola</i>	121
Mário Mesquita: da personagem jornalística singular a uma excursão narrativa da sua exemplar deontologia <i>Onésimo Teotónio Almeida</i>	149
Mário Mesquita na Assembleia Constituinte: em defesa da liberdade de imprensa e do pluralismo nos <i>media</i> <i>Pedro Marques Gomes</i>	159
Mário Mesquita: o jornalista <i>doublé</i> de intelectual <i>Pilar Damião de Medeiros</i>	183

MÁRIO MESQUITA: PRIMEIROS AVANÇOS NA CRÍTICA JORNALÍSTICA

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ¹

Mário Mesquita não era apenas um aluno, entre muitos outros, do Liceu de Ponta Delgada, mas sobressaía pela sua admirável superioridade cultural e também pela orientação política de oposição ao regime, como na época se dizia. O seu convívio atraía-nos na descoberta de coisas novas, em conversas que se mantinham, numa toada pachorrenta, temperada de um humor que nos dispunha bem. Ríamos, muitas vezes com o caricato dos nossos comentários. O Mário, porém, mantinha-se sério! Só despregava o riso quando já ninguém esperava, mas também terminava subitamente. Já naquele tempo era assim! De entre as lembranças que conservo deste período da juventude, feito de deslumbramentos e de descobertas, irei começar por trazer ao presente, em jeito de homenagem à boa camaradagem de então e à estima e admiração que se mantêm, alguns quadros da memória que ainda conservam traços e tonalidades do ambiente que nos envolvia, para me fixar, depois, no que presumo terem sido os primeiros avanços de Mário Mesquita na atividade jornalística que exerceu pela vida fora, com a elevação, a argúcia e a independência que estes começos, nos periódicos de Ponta Delgada, não desmerecem.

1 As memórias que muitas gerações guardam do Liceu de Ponta Delgada perderam, mesmo entre aqueles que já saltaram por cima da fasquia dos 70. A geração de Mário Mesquita iniciou o liceu no começo da década de 1960, tendo saído em 1967, quando muitos foram continuar estudos «lá fora», ou seja, a grande maioria, em Lisboa, numa das apenas três universidades do país. O nosso conhecimento deu-se em 1965, por nos encontrarmos inscritos na mesma alínea do curso complementar que dava acesso a Direito. Era um

¹ Professor catedrático aposentado da Universidade dos Açores, onde foi vice-reitor. Licenciado e doutorado em Filosofia.

grupo de cinco ou seis, de que também recorro Graça Melo Bento e José Manuel Gamboa da Silva Melo.

O convívio diário dos companheiros de turma fazia-se ao ritmo compassado dos intervalos, que serviam aos mais irrequietos para a decompressão de energias que a aula anterior havia acumulado. Mas os intervalos eram também ocasião para fazer circular correntes de cumplicidade que se geravam em pequenos grupos. A proximidade e empatia que o convívio diário propiciava acabavam por firmar afinidades numa visão do mundo, para além da habitual e da que os estudos faziam descortinar. A própria escola facilitava esta abertura, pois dava abrigo a muitas atividades que cativavam os jovens. Desde logo, as iniciativas da Juventude Escolar Católica, organização que exercia, nos anos 60, grande poder de atração e mobilização. A este ambiente não eram estranhos a abertura de espírito, a espontaneidade de trato e o entusiasmo do seu assistente, o saudoso Manuel Pereira Medeiros. Se compulsarmos os jornais da época, são frequentes e regulares as notícias de conferências proferidas por professores do Liceu, na biblioteca e também noutros locais, como a Associação Católica de Ponta Delgada, na Rua da Misericórdia, sobre temas de literatura, história e ciência. Simultaneamente, realizavam-se durante o ano recitais musicais, concertos e peças de teatro, como o Serão Shakespeariano, realizado em março de 1965, e a récita comemorativa do centenário de Gil Vicente, em fevereiro de 1966, ambos no Teatro Micaelense, em que muitos estudantes se distinguiram pelos seus dotes de bem representar.

O clima de mudança que o Concílio Vaticano II fazia transparecer estimulava as pessoas, para além da vivência religiosa, a intervir nos domínios social e político. O tecido social ganhava mesmo sonoridades «progressistas», com alguns focos de intervenção a fazerem-se ouvir em vários recantos da sociedade. Weber Machado aparece a consciencializar as empregadas domésticas, que se juntavam nas tardes de domingo, no Convento da Esperança, para o direito que lhes assistia «de terem um dia de folga semanal», como deixa exarado no testemunho que escreve para *A Oposição ao Salazarismo em São Miguel e em Outras Ilhas Açorianas (1950-1974)*, organizado por Mário Mesquita, com a chancela da Tinta-da-china. Na Ribeira Quente, Silvino Amaral reclama, com os pescadores e as entidades locais, medidas para sustentar a galopante erosão da orla marítima e fazer face à falta de condições portuárias, que deixavam sem proteção os habitantes e os pescadores daquela localidade. As Semanas de Estudo puseram em debate o desenvolvimento dos Açores, sendo a IV Semana, que decorreu em Ponta Delgada, em 1966, de todas, a mais relevante e

participada. Na própria altura em que decorriam os trabalhos, mereceu mesmo amplas reportagens do jornal diário *Correio dos Açores*. Em toda esta movimentação perfilavam-se, como é sabido, várias posições políticas de oposição ao regime, que conheceram o seu pico de intervenção na preparação do ato eleitoral de outubro de 1969, com o documento que ficou conhecido por «Declaração de Ponta Delgada». Tratou-se de um manifesto eleitoral de apoio à candidatura independente às eleições para deputados, que teve Ernesto Melo Antunes por principal redator, como Mário Mesquita esclarece na apresentação que faz à já referida obra *A Oposição ao Salazarismo*. As nossas conversas não passavam ao lado dessas atividades culturais e movimentações políticas, em que a atuação de Mário Mesquita exercia sobre nós forte poder persuasor.

Por sermos um grupo pequeno, tínhamos aulas com diferentes turmas, conforme ditava a coincidência das nossas disciplinas com as ministradas a turmas mais numerosas doutras alíneas, ou áreas, como se designam hoje. Tornava-se, assim, naturalmente mais ampla a rede das nossas ligações, e o Mário, já veterano no Liceu e com as suas preferências definidas, acabava por ser o elo a facilitar a aproximação a colegas de outras turmas que nos faziam despertar, alguns deles, com grande desenvoltura, para ideais e causas que até então não suspeitávamos. Mário Mesquita e Paulo Jorge Melo distinguiam-se pela sua superioridade intelectual, já muito apurada por uma vasta gama de leituras, que conferia às suas intervenções uma densidade que era reconhecida por nós, seus colegas, mas também pelos nossos professores.

2. Paulo Jorge organizou, no *Correio dos Açores* de 28 de novembro de 1965, uma página para assinalar o 120.º aniversário do nascimento de Eça de Queirós, que incluía um inquérito aos alunos sobre o conhecimento que tinham da obra do autor e o romance que consideravam mais representativo, além de contar com trabalhos de diversos colaboradores. Mário Mesquita ocupa lugar no elenco, com um artigo sobre a adaptação ao teatro de *Os Maias*, da autoria de José Bruno Carreiro, biógrafo de Antero de Quental e cofundador do jornal *Correio dos Açores*. Creio que esta terá sido a sua estreia nos jornais, e logo a revelar uma capacidade crítica e uma fluência argumentativa que os seus 15 anos não fariam supor.

A peça, composta em 1903, quando o autor, estudante em Coimbra, tinha apenas 22 anos, encontra-se hoje disponível numa edição conjunta da Imprensa Nacional e da Secretaria da Educação e Cultura do Governo dos Açores, de 1984. Foi representada pela primeira vez em 1945, por ocasião do

1.º centenário do nascimento de Eça, no Teatro Nacional D. Maria II, pela companhia Rey Colaço – Robles Monteiro, tendo sido, mais tarde, também levada a cena em Ponta Delgada pela mesma companhia de teatro. Como o próprio autor esclarece em entrevista concedida à Emissora Nacional por ocasião da estreia, em Lisboa, a composição da peça foi-lhe sugerida «pela teatralidade de muitas cenas do romance, pela sua fortíssima intensidade dramática». A sua opção teria surgido espontaneamente, pois mostrou-se seduzido, desde o início, pelo «drama passionai Carlos – Maria Eduarda» e pelas emoções que certamente despertariam num público sensível. Deste modo, entre os muitos episódios que compõem o ambiente do romance, a seleção do autor foi ditada pela sua opção de base: «Só extraí do romance o que julguei indispensável para criar o ambiente em que se desenrola o drama», precisa José Bruno na mesma entrevista que se encontra inserida na edição da obra. A intriga gira à volta da tragédia dos amores incestuosos, acabando por deixar de lado a outra componente do romance, em que vários episódios fazem desfilar quadros do ambiente social de Lisboa e traçam o perfil psicológico de personagens-tipo da sociedade burguesa do tempo. Esta última dimensão da obra ocupa apenas o primeiro ato, embora no romance ela sobrevenha entrelaçada no desenrolar do drama. Os restantes quatro atos centram-se no «crescendo da ação dramática», que aparece depurada de todos os elementos da comédia social que pudessem perturbar o fatal desenlace.

A análise de Mário Mesquita move-se no quadro destas opções do dramaturgo açoriano, ao mesmo tempo que assume o propósito, como afirma na introdução ao seu «apontamento crítico», de abordar a peça «sob o aspeto ideológico». Começa por lembrar que a obra de Eça representa o culminar de um período em que o autor passou em revista a vida da sociedade portuguesa do tempo, desde a burguesia provinciana, muito afeiçoada ao clero local, passando pelos temas da corrupção social, da deterioração dos costumes no meio familiar da média burguesia, até culminar n' *Os Maias*, em que os destinos do país são postos em debate, no decorrer de cenas vividas pelos membros de uma família da alta burguesia, detentora de títulos e cabedais, e pelos que gravitam em seu redor. A crítica salienta, na linha do seu projeto de análise, a centralidade d' *Os Maias* na obra de Eça, dizendo mesmo ser o seu «momento capital» de estudo de um Portugal inviável. Na leitura que propõe, a obra representa o fim de uma «prospecção social» que o romancista considera inútil continuar: «uma atitude de abandono, do exame a uma sociedade morta, quase diríamos, de um ideal que fez mover uma vida». No meio de per-

sonagens substantivamente fúteis e inúteis, outras há que se afirmam pelos créditos que detêm. Destas últimas, sobressaem o velho e solitário Afonso da Maia, Carlos, detentor de uma educação superior que obtivera em Inglaterra, e ainda outros, como João da Ega e Cruges. Todos experimentam a impotência de refazer o país e tirá-lo da decadência em que se encontra. Por isso, o grupo desagrega-se: o Velho morre e os outros desertam, reagindo desta forma ao isolamento em que viviam, no meio de uma sociedade que os não entendia e os impedia de fazer fosse o que fosse. É no retrato deste percurso de isolamento e abandono, em que se encontra o que poderíamos denominar a reserva do Portugal do futuro, que Mário Mesquita encontra «a essência do romance». O tema do incesto torna-se acessório ao drama geral que se abateu sobre o grupo e o fez soçobrar num ceticismo sem retorno. Serão então «naquelas cenas em que 'nada acontece', que reside o que há de essencial em *Os Maias*; por outras palavras: nos jantares do Gouvarinho, na *soirée* do Cohen, nos passeios a Sintra, no sarau da Trindade e noutras cenas deste tipo que caracterizam a Lisboa de então, e são o 'tudo' do romance».

Mário Mesquita evoca uma carta de Eça a um dramaturgo brasileiro, que tinha adaptado ao teatro o *Crime do Padre Amaro*, em que manifestava surpresa por este tratamento dado à obra e apontava *Os Maias* como sendo o único dos seus livros que sempre julgou suscetível de ser dramatizado, dando mesmo a entender que tal adaptação andaria em redor das cenas relacionadas com o drama do incesto. Porém, conclui Mesquita, não será legítimo depreender-se que considerasse essa parte como sendo «a mais importante, isso seria a negação de toda uma obra, pelo próprio autor». A integração d' *Os Maias* no quadro das obras anteriores faz sobressair o significado que ela assume no exame de uma sociedade que se debate com a incapacidade de se encontrar para além das rotinas que a mantêm adormecida e sem visão do futuro. Não poderá ser por isso a adaptação ao teatro, feita por José Bruno Carreiro a partir do lado mais periférico do romance de Eça, que irá fazer esquecer o que de essencial a obra representa.

Facilmente se vislumbram os pontos de apoio que serviram ao jovem crítico para urdir a sua análise argumentativa. O próprio dá conta deles ao aludir a António José Saraiva, autor de *As Ideias de Eça de Queirós* e cuja *História da Literatura Portuguesa*, de que foi autor com Óscar Lopes, era recomendada pela professora da disciplina de Literatura Portuguesa, como bibliografia extra à do programa oficial. Este grosso volume, que era conotado com o encarnado da sua capa, sendo apontado como vermelho por fora

e também por dentro, atraía-nos porque abordava as obras literárias pelo olhar crítico que elas apresentavam da sociedade, procurando realçar a discussão a que submetiam os atos correntes da vida das famílias, dos grupos e das instituições. Fazia emergir, a diferentes níveis, os conflitos culturais, morais e políticos, que nos remetiam muito para além do mero enredo que animava cada romance.

Nesta sua estreia, o jovem autor revela o mérito de não apenas ter apreendido com elevada maturidade o sentido mais relevante do aparato crítico que utilizou, mas, ao mesmo tempo e acima de tudo, de ter procurado marcar presença, na hora certa, para desmitificar o projeto de edição da peça, que na altura se preparava e que, ironicamente, só depois do 25 de Abril se concretizou. A sobrevalorização do tema do incesto que dominava a adaptação de José Bruno não fazia justiça à obra romanesca de uma das maiores referências da literatura portuguesa, servindo apenas para embalar plateias e leitores desprevenidos, num melodrama que deixava na sombra o essencial da obra de Eça. Sem desmerecer a qualidade da adaptação em apreço, Mário Mesquita faz valer o pendor «ideológico» da sua análise, usando os recursos de que dispunha, que manifestamente excediam as exigências do seu percurso formativo, para, numa prosa solta e bem cadenciada, fazer passar a mensagem que se impunha, ou seja, que uma obra vale não pela comoção que desperta, mas pelas questões que suscita. A sua capacidade crítica manifestou-se, desde logo, ao serviço de uma apurada sensibilidade política que dava primazia à crítica social, e não perdeu a ocasião para intervir.

3. Num registo muito diferente do estudo anterior, Mesquita publica nou-
tro jornal de Ponta Delgada, o semanário *A Ilha*, de 19 de novembro de 1966, «Escritos dum visitante», que se reporta a uma série de artigos que vinha sendo publicada no *Correio dos Açores*, desde 7 de outubro, e terminou subitamente, a 20 de novembro, embora estivesse programada para continuar por mais tempo. O texto mereceu honras de primeira página e foi acompanhado por uma nota de apresentação do diretor do jornal, José Barbosa, poeta, jornalista e autor de várias peças de sucesso de teatro de revista, que regista a estreia do «jovem e talentoso estudante que bem cedo revelou a sua propensão para as letras». Para o diretor d'*A Ilha*, o artigo não dá a verdadeira dimensão da estatura cultural do seu autor, já posta em evidência em outros jornais de Ponta Delgada; todavia, é suficiente «para revelar o seu espírito de observação, a sua independência e a firmeza do seu caráter».

O autor da série visada por Mário Mesquita era natural da Ilha de Malta, tinha sido educado em Londres e dava pelo nome de Giorgio Masini. A sua chegada a São Miguel é anunciada pelo jornal *Açores* de 23 de setembro de 1966, como sendo alguém muito credenciado que vinha estudar a realidade micaelense. Compreende-se que a sociedade de Ponta Delgada, sempre muito deferente para com quem vinha de fora, prontamente se mostrasse disponível para o ajudar em tão relevante empresa, que não se sabe por quem tinha sido encomendada. O ilustre visitante logo dispôs de um tradutor, que vertia os seus textos para português, e foi recebido por diversas personalidades do meio, nomeadamente o reitor do liceu e o diretor da escola industrial, para recolha de informações indispensáveis ao seu projeto.

O primeiro artigo serve ao seu autor para tecer loas desmesuradas à cidade que visita e à ilha que o encanta, e a que inesperadamente chama de «*minha ilha de São Miguel*». O despautério mostra-se logo nas comparações que faz entre o que ia vendo, à chegada, e as grandes metrópoles e cidades que conhecia, e em que a ilha saía a ganhar. O aeroporto de Santana, implantado «num pequeno e bonito campo», é de longe preferível a qualquer moderno aeroporto deste mundo, «flanqueado por desagradáveis e incaracterísticos edifícios de betão, que só por si parecem uma afronta aos céus». Os surpreendentes panoramas do percurso até Ponta Delgada, por estrada florida e campos matizados por uma profusão de tons de verde, «falam da fertilidade com que o Todo-Poderoso abençoou esta ilha». E Ponta Delgada, cidade de grande asseio e harmonia entre o edificado antigo e o moderno, sai favorecida na comparação com Veneza, que é «suja, bulhenta, demasiadamente comercializada, flagrante e obscenamente cheia de turistas».

Depois deste empolgante introito, seguem-se os estudos, que não chegaram a metade dos dez que o autor havia programado, e que se limitaram às escolas secundárias e a parte do sistema produtivo e industrial da ilha. O primeiro toma por tema o Liceu, que o articulista visitou previamente, para colher do reitor informações sobre a realidade daquele estabelecimento de ensino. Diz ter lá passado uma manhã com os alunos e assistido a três aulas que lhe permitiram aquilatar do seu elevado nível pedagógico-didático. Não sabemos se a assistência às aulas dispôs de tradução simultânea para permitir este juízo tão assertivo. O artigo seguinte ocupa-se da Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada, em que salienta, de forma desmesurada, a formação que inicia os jovens estudantes para serem no futuro «cientistas, industriais e homens de negócio». A escola é exemplar «pela boa mão organizadora»

do seu diretor, e o único ponto negativo que lhe é apontado reside na substituição, que se prevê a curto prazo, do «vetusto solar que presentemente alberga este estabelecimento de ensino [...] por um edifício moderno». De resto, tudo corre pelo melhor: os alunos participam na decoração do espaço escolar, vendo os seus trabalhos valorizados, a cobrirem as paredes das salas de aula, corredores e átrios; os jovens estudantes, apesar da sua origem popular lhes não permitir sequer «metade do maneirismo de alguns dos seus colegas do liceu», aparentam uma formação religiosa superior à deles; no que diz respeito à moda moderna, acham-na «selvagem» e manifestam-se contrários ao uso da minissaia e das calças em boca-de-sino. Estas opiniões merecem a aprovação incondicional do articulista, que conclui assim: «Para lá de tudo o que se diga, as 'minissaias' ofendem realmente a moralidade pública.» O artigo seguinte, o último da série que prometia continuar, tomou por tema a relação entre a agricultura e a indústria e incidiu na análise da fábrica do açúcar, apontando orientações para a sua expansão, por via da exportação.

Os artigos do Dr. Masini foram subitamente interrompidos após a análise crítica que Mário Mesquita publicou no semanário *A Ilha*. Não pretendemos revestir esta coincidência com a roupagem de um eventual nexos causal, mas o certo é que, depois disto, nunca mais se ouviu falar do ilustrado visitante. Os «Escritos dum visitante» começam por pôr em evidência o ridículo de certas afirmações de Masini, logo no primeiro texto, de que já demos conta de alguns aspetos, designadamente o despropósito das comparações que estabelece: só lhe faltou, ironiza Mesquita, ter comparado a Rua Machado Santos à Broadway e o Palacete do Liceu ao Palácio de Buckingham. Mas o que lhe feriu particularmente a atenção foi a catalogação de Masini dos estudantes liceais em «almas profundamente devotas e almas menos fervorosas», depreendendo-se, no desenrolar do artigo, que esta última etiqueta era apenas uma forma benevolente de agrupar o que ele denominava jovens dotados de «baixos sentimentos». Esta intrusão inesperada no mais íntimo do caráter de cada um acabou por vencer os esforços de contenção e suscitou mesmo uma resposta à medida. Mário Mesquita envolve-se numa exegese do texto de Masini com o propósito de apurar a que queria referir-se o autor quando falava de «baixos sentimentos» em alguns dos estudantes do liceu. Percorre por isso as passagens em que o analista vaticina não ser possível dialogar com qualquer um desses jovens, pois presume, sem avançar com indicações concretas, que, se porventura fossem confrontados com a «falsidade» das suas concepções, logo recusariam a «troca de impressões». E continuando o seu exercício sobre

os diálogos que não teriam ocorrido, congemma uma estratégia para ganhar a confiança dessa turma de impertinentes, a qual passaria por conceder algum acordo às suas posições para depois os doutrinar, dando-lhes assim, conclui Masini, «suficiente corda para se enforcarem». Mário Mesquita vislumbra, nestas especulações de tática matreira, o significado de «baixos sentimentos» de que padeciam «as almas menos fervorosas» do liceu, que ele próprio frequentava. Tratava-se, afinal, de «juízos de caráter interpretativo», ou seja, concepções ou pontos de vista, que se sustentam ou combatem por uma ordem de razões, mas que o autor tomava por simples estados de alma, de natureza meramente afetiva, que pretendia desacreditar por meio de armadilhas. Em lugar de procurar enfrentar as divergências, mobilizando argumentos que pudessem sustentar a apreciação das posições, adotava por método o «truque da corda», um procedimento desonesto e mesmo desnecessário, pois o autor já tinha apurado serem «os estudantes do nosso Liceu de alto nível intelectual».

Mário Mesquita deixa transparecer, de forma subtil, no seu exame, o que se poderia supor ser a agenda escondida do ilustre visitante, «possuidor de uma série de diplomas relativos a cursos universitários e outros», como fez questão de alardear logo na sua estreia. Masini exhibia qualificações que o credenciavam perante os dirigentes das instituições locais como pessoa preparada para perceber a sociedade micalense, diagnosticar as suas enfermidades e prescrever as receitas que haveriam de sanear os focos que criavam dificuldades à sua prosperidade. É desta forma que, para além da aplicação do «método da corda» para pôr na ordem jovens desalinados, apresenta sugestões para uma possível reforma do ensino da Escola Industrial, preconizando a eliminação de disciplinas das áreas da Física, Química e Biologia, ao mesmo tempo que se mostrava ciente do acesso que este ensino permitia a cursos de engenharia, como também de economia e finanças. No artigo sobre a indústria, Masini não se cansa de passar receitas para a expansão da produção do açúcar, por via do incremento das exportações. Segundo ele, a exportação do açúcar português para Inglaterra, que o importava de Cuba e da longínqua Austrália, carecia apenas de alguém capaz de remover os entraves que têm provocado o «tropeço» da sua concretização. Tais diligências trariam certamente a expansão da indústria açucareira, numa ilha em que nove mil agricultores vendem a sua beterraba açucareira à respetiva fábrica.

Mário Mesquita não teve ocasião de atender aos dois últimos textos de Masini a que acabámos de aludir, pois o seu, que já se encontrava na redação do semanário quando veio a lume o que Masini escreveu sobre a Escola

Industrial, foi publicado na véspera do dia em que saiu o que tomou por tema a indústria do açúcar. Apenas pela leitura do artigo sobre o Liceu, Mesquita ter-se-ia apercebido das intenções e da estratégia do estranho visitante, como denota a forma como o conclui: «Que quer ele com isto? Não sabemos que responder. Lembre-se aqui que logo no primeiro artigo que publicou entre nós ('Descobrimo S. Miguel') escreveu a propósito duma pretensa harmonia entre os edificios modernos e antigos da nossa cidade: 'Só um habitante da minha ilha de S. Miguel poderia inspiradamente conceber e obter um tão perfeito equilíbrio.' Atente o leitor no *minha*. Acabara, pois, o Dr. Masini de chegar e proclamou-se logo cidadão honorário! Estranha coisa!»

O Dr. Giorgio Masini, a pretexto de um livro que preparava sobre os Açores, teria sido acolhido com simpatia pelos dirigentes de diversas instituições da cidade, designadamente, com já dissemos, o reitor do Liceu e o diretor da Escola Industrial, a quem se refere de forma encomiástica, e muito provavelmente pela administração da fábrica do açúcar, de quem teria recolhido os dados que apresenta. Do mesmo modo, cuidou de projetar a sua imagem e talento a um público mais seletivo, fazendo promover na biblioteca do Liceu, com o apoio do Conservatório de Ponta Delgada, um recital de obras de Bach e de Shakespeare, conforme foi amplamente noticiado no *Correio dos Açores*, de 21 de outubro de 1966. Com 28 anos apenas, mostrava-se cheio de virtuosidades, à disposição de quem quisesse aproveitar as suas ideias reformistas e a sua experiência como conselheiro económico extraordinário dos ministérios da agricultura, planeamento económico e comércio externo do Governo de Malta. Na verdade, como não passou despercebido à perspicácia de Mário Mesquita, não estaria longe do nosso olhar o que o jovem Masini procurava.

4. Nos cerca de dois meses em que temos notícia da presença de Giorgio Masini em Ponta Delgada, a sua atuação foi permanente. Para além da série de estudos em que se propunha fazer a radiografia da vida social, cultural e económica de São Miguel, há ainda outros dois artigos que, apesar de se mostrarem desalinhados deste programa, serviram para o autor se apresentar à sociedade micaelense como um jovem dotado dos mais sólidos valores morais e religiosos, e em quem, portanto, se poderia confiar. Um deles, que tem por título «No dia de Cristo-Rei», assume um teor eminentemente apologeticamente, considerando-o Mesquita, de forma lapidar, uma tirada em formato «erudito» de um espírito mal doutrinado. O outro é sobre um filme de Otto Preminger, *O Cardeal*, que foi muito visto e comentado na imprensa e não só.

O comentário que Masini publicou no *Correio dos Açores*, de 27 de outubro de 1966, deu suporte a uma crítica do jornal *Açores*, de 5 de novembro, dirigida à apreciação do filme que Paulo Jorge Melo havia publicado naquele mesmo periódico, a 30 de outubro. Paulo Jorge descobre, na superioridade intelectual do jovem padre, amadurecida por aquilo a que chama «a dimensão trágica da dúvida no universo do dogma», um dos traços que explicam a sua ascensão no seio da Igreja. Assume particular relevo o dilema que o envolveu na opção que teve de tomar entre a vida da irmã e a da bebé que estava para nascer. Tudo o que há de mais rico e humano joga-se neste conflito, que revivê o drama de Antígona entre a lei da cidade e a voz da consciência, de um jovem padre já experimentado, pois que «lutou corpo a corpo pela integração racial nos Estados Unidos e opôs-se às tentativas totalitárias dos fascistas», em plena expansão na Europa. Paulo Jorge foi criticado por apresentar uma visão unilateral do filme e, conseqüentemente, da Igreja, designadamente nos processos de ascensão na hierarquia. No rol de críticas do articulista, inclui-se o apelo à análise que Masini já fizera ao filme para reforçar, com a sua autoridade, as incongruências de *O Cardeal* de Preminger, um filme pouco sério e «ultrajante para um católico», conclui o autor em jeito de reprimenda a Paulo Jorge.

No artigo que dedicou a Masini, Mário Mesquita, ao passar em revista as suas publicações no *Correio dos Açores*, faz uma referência a esta polémica, não na ótica da análise do filme, mas com o intuito de melhor conhecer a personalidade de Masini. De entre os comentários que este fizera a *O Cardeal*, Mesquita é particularmente tocado pela apreciação à repressão desencadeada por Hitler, que segundo Masini se deveria a um sentimento de vingança pessoal contra o nazismo, ditado pela origem judaica de Preminger. Ao ver reduzir a crítica do filme ao nazismo a motivações meramente psicológicas de ressentimento, Mário Mesquita não resiste a perguntar: «Será que este sr. foi simpatizante dos nazis?»

5. Outro artigo da mesma época que, para finalizar, pretendemos evocar tem por título «Natal — festa mundana», e saiu no *Correio dos Açores* de 25 de dezembro de 1965, em página dedicada a esta celebração cristã, cada vez mais apropriada pelos diversos quadrantes da sociedade. De menor dimensão que os títulos anteriores, diz muito da personalidade de Mário Mesquita e do seu estilo, que textos posteriores irão aprimorar. O autor dava conta de uma pereceção do Natal atingida por um longo processo histórico de distanciamento do seu sentido genuíno. A configuração que este declínio assumia, já

naquela época, há mais de 50 anos, ostentava os sinais de laicização que hoje são evidentes. Mesquita apresenta o seu olhar do Natal como uma sucessão de rituais, perfeitamente banais e estereotipados, que marcam o ritmo dos encontros familiares, regados de «dicores melosos», perus suculentos e outras iguarias, e em que os mais velhos mostravam a sua atenção e desvelo para com as criancinhas, perguntando-lhes pelos presentes que haviam recebido do Pai Natal. Os parentes e amigos ausentes recebiam postais com cenários de neve, em que o trenó do «velhinho de barbas brancas» desliza, puxado por «elegantes veados». Os membros mais devotos das famílias lá tentavam recriar, num canto da sala, a atmosfera das origens, «à base de bonequinhos de barro» e mobilizando os mais próximos para «missas à meia-noite» que se celebravam nas igrejas. Era um empenhamento que não lograva produzir grande impacto e acabava por ficar submergido pelas «atuais e mundanas Festas do Natal». O catolicismo das famílias mostrava-se, assim, pouco ligado às referências cristãs do Natal, o que vinha confirmar a observação irónica de Hemingway, que Mário Mesquita cita, de considerar uma raridade encontrar um cristão em países católicos.

Chama-nos a atenção neste pequeno depoimento sobre o Natal, como começámos por referir, o estilo assumidamente crítico do jovem autor, de fazer vir à luz do dia as linhas de força que circulavam dissimuladas numa gama variada de práticas sociais que se repetiam ciclicamente, sem resistências nem grandes afetos, mantendo distante o sentido que lhes dera origem. O texto compreende-se, por isso, como a desconstrução da serenidade da boa consciência social que perdeu muitas das raízes das suas convicções, mas que se ilude em alimentá-las com práticas e rituais que aos poucos vão secando as que ainda resistem. Em lugar de caminhar ao sabor de suaves lembranças vividas na infância ou de explorar a sua força inspiradora para uma intervenção social de combate às desigualdades, o autor opta por destacar, de forma crua e pouco natalícia, o desvanecimento de uma crença que tende a ausentar-se da festa mundana em que o Natal se havia tornado. É uma visão que contrasta com as narrativas dominantes que, em geral, inspiram o que se costuma escrever sobre o Natal.

Outro aspeto curioso deste texto é a referência a um pensamento de um escritor, Ernest Hemingway, para introduzir a «palavra passe» que dá acesso, neste caso, de forma desconcertante, ao ponto crítico que assinala a rutura numa forma linear de pensar e escrever. Não são raros os textos em que Mesquita recorre a excertos de obras dos mais variados autores para enunciar



20.º aniversário dos finalistas do Liceu Nacional de Ponta Delgada. Turma de 1960-1967. Foto de 1987. ARQUIVO PESSOAL DE MÁRIO MESQUITA.

uma ideia, delinear ou reforçar uma crítica, confirmar um juízo ou denunciar um estado de coisas, como parece ser este o caso. Desde cedo, Mário Mesquita mostrou um poder inconfundível de intervir pela escrita, mobilizando uma vasta retaguarda cultural de que se serve para sondar designios que os comportamentos humanos, aparentemente inofensivos, escondem. Em pequenas afirmações, às vezes simples exclamações, em episódios ou histórias pouco relevantes, faz despontar momentos altos da sua forma de escrever. Como confessou na introdução que escreveu para *Deve & Haver*, é naquelas passagens em que «não se escrevia *sobre*, mas a *propósito de*» que o verdadeiramente relevante se enuncia. Mesmo quando fala do que aparenta ter pouca importância, faz estremecer, muitas vezes sem alarido, mas com veemência, as linhas de rumo mais estáveis e as formas mais «indiscutíveis» de pensar e de sentir.

Mário Mesquita mostrou, desde cedo, uma notável capacidade de análise que teve ao seu serviço um hábil manejo da escrita para esquadrihar situações. esgrimir razões, desmontar embustes. Tinha sempre a ver as coisas ao contrário do que a maioria das pessoas enxergava. Estava connosco, mas «ia em sentido contrário», como a formiga da canção do Zeca Afonso. Ver, para além dos demais e do próprio tempo, a linha de rumo do que acontece é certamente uma vantagem que distingue as inteligências superiores. Terá, todavia, os custos elevados, cobrados aos homens livres, pela irresistível imprudência de se não deixarem intimidar por aqueles que, como já vituperava o P. António Vieira, não gostam de ter por perto «quem disser o que não está dito».